



Zero Hora, 5 de Novembro de 2015

EM DIA

O MISTÉRIO DA CPMF



PEDRO DUTRA FONSECA

Professor titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS
pedro.fonseca@ufrgs.br

A insistência do ministério da Fazenda com a volta da CPMF resiste a explicações racionais: sugere uma propensão misteriosa do governo a equívocos políticos. O imposto sempre esteve colado à “Era FHC”. Nem Lula, no auge de popularidade, conseguiu mantê-lo, embora tentasse. O imposto tem lá suas vantagens “éticas” (abarca atividades informais, ajuda rastrear as ilícitas) e operacionais (dificulta sonegação, cobrança ágil e barata). Todavia, sua impopularidade é tal que mesmo parlamentares fiéis ao governo resistem a apoiá-lo. Isso se deve, dentre outros motivos, por ser cobrado a conta-gotas, em cada transação bancária, afrontando o conselho de Maquiavel de que o mal deve ser feito de uma só vez.

Em uma democracia, alternativa inviável politicamente não é alternativa. Parece óbvio: se o ajuste depende de crescimento de receita, por que não tentar medidas que não dependem do Congresso? É o caso da simples elevação de alíquotas, em vez de criar novos impostos. Fernando Henrique fez isso e aumentou a carga tributária de 25% para 32%, desde a época de mi-

nistro até o final de seu governo. E o cardápio é variado: Cide (preço dos combustíveis), IOF (operações financeiras) e IPI (produtos industrializados), sem contar o imposto de renda, cujo teto, de 27,5%, é atingido em ridículos R\$ 4.664. Isso significa que dobrar o salário (ou o rendimento tributável) de R\$ 10 mil para R\$ 20 mil, ou deste para R\$ 100 mil, a elevação da percentagem tributada é irrisória, e menor o será quanto mais alto for o rendimento. O Brasil já conheceu mais faixas nos anos 1970 e 1980, não novidade.

Outra opção seria rever isenções e subsídios, fartamente utilizados nos últimos anos como estímulos “verticais” a setores específicos. O motivo era impulsionar o crescimento – o que não ocorreu, verdadeiro custo sem benefício. Há quem estime que a renúncia fiscal chegaria a R\$ 500 bi. Em cálculo preliminar, concluí que tal número resultou de metodologia que o superestima: mas se for 10% disso, já vale uma CPME, a depender da alíquota, e sem ter de compartilhar com prefeitos e governadores.

A esperança é que, ao contrário de teologia, em economia os mistérios acabam sendo decifrados.